						,
	PRESILHA DE METAL DIMENSÕES MÍNIMAS DE					
177	32CM X 22 CM.  TINTA PARA CARIMBO SEM ÓLEO, FRASCO COM 30ML, NAS CORES: PRETA, AZUL, VERDE OU VERMELHA.	FR	1.076	STAR PRINT	R\$ 1,89	R\$ 2.033,64
178	UMEDECEDOR DE DEDOS TIPO CREME, EM POTE PLÁSTICO CONTENDO 12G	UN	2.402	STAR PRINT	R\$ 1,19	R\$ 2.858,38
242	PAPEL FORMATO A4; COR BRANCA; GRAMATURA 75G/M²; MEDINDO 210 X 297 MM; ALVURA MÍNIMA DE 90%; CONFORME NORMA ISO; OPACIDADE MÍNIMA DE 87%; UMIDADE ENTRE 3,5% (+/-1,0), CONFORME NORMA TAPPI; CORTE ROTATIVO; PH ALCALINO; EMBALAGEM BOPP; PACOTE COM 500 FOLHAS.	PCT	37.002	ONE SUZANO	R\$ 19,96	R\$ 738.559, 92
243	PAPEL FORMATO A4; COR BRANCA; GRAMATURA 75G/M²; MEDINDO 210 X 297 MM; ALVURA MÍNIMA DE 90%; CONFORME NORMA ISO; OPACIDADE MÍNIMA DE 87%; UMIDADE ENTRE 3,5% (+/-1,0), CONFORME NORMA TAPPI; CORTE ROTATIVO; PH ALCALINO; EMBALAGEM BOPP; PACOTE COM	PCT	12.334	ONE SUZANO	R\$ 19,96	R\$ 246.186, 64

	500 FOLHAS.			

São João da Boa Vista, 15 de março de 2024.

ANDRÉA SALVÁTICO ORLANDI Chefe do Setor de Compras

JOSÉ OTÁVIO MARTINS JUNIOR Diretor do Depto. de Administração

#### SAÚDE

# Departamento Municipal de Saúde VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR

# **PUBLIQUE-SE**

Proc. 3014/2024 – EMAGRECENTRO SÃO JOÃO EIRELE Rua Floriano Peixoto, 342, Centro – SJBV/SP Em 07/03/2024, elaborado AIP nº: 4941/AD Publique-se

São João da Boa Vista, 14 de março de 2024.

EDNA DE FÁTIMA MEDEIROS NEVES Vigilância em Saúde do Trabalhador

# **OUVIDORIA**

# **OUVIDORIA GERAL**

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO № 01/2024

Dispõe sobre o chamamento para composição do Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos, previsto na Lei Federal nº 13.460/2017 e regulamentado no Decreto Municipal nº 6.835 de 29 de junho de 2021.

A OUVIDORIA GERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos artigos 3º a 13º do Decreto Municipal nº 6.835/2021, vem tornar público o presente Edital de Chamamento, cujas regras e condições são a seguir apresentadas:

#### OBJETC

- o Este Edital tem como objeto promover a divulgação geral e o chamamento dos Usuários dos Serviços Públicos do Município de São João da Boa Vista para participação no processo aberto de seleção dos membros integrantes − titulares e suplentes − do Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos, da Ouvidoria Geral, a ser implantado na Cidade de São João da Boa Vista, nos termos da Lei Federal nº 13.460/2017 e do Decreto Municipal nº 6.385/2021.
- DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS



o - Além das atribuições previstas no parágrafo único do artigo 18 da Lei Federal nº 13.460/2017, compete ao Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos: elaborar, aprovar e reformar, quando necessário, seu regimento interno; eleger o seu Presidente e os demais componentes da Mesa Diretora; acompanhar a prestação dos serviços; participar na avaliação dos serviços; propor melhorias na prestação dos serviços; contribuir na definição de diretrizes para o adequado atendimento ao usuário; acompanhar e avaliar a atuação da ouvidoria.

## • DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

- O Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos será composto de 16 membros titulares, acompanhados dos seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados:
- I- 08 (oito) representantes dos usuários de serviços públicos municipais, dos seguintes eixos:
- a) cidadania, assistência e promoção social;
- b) educação;
- c) esporte e lazer
- d) gestão e patrimônio públicos
- e) mobilidade urbana;
- f) saúde:
- g) segurança e transporte;
- h) zeladoria, obras e meio ambiente.
- II- 08 (oito) membros da Administração Municipal, dos seguintes órgãos públicos:
- a) 01 (um) representante do Departamento de Trânsito e Segurança;
- b) 01 (um) representante da Ouvidoria;
- c) 01 (um) representante do Departamento de Assistência Social:
- d) 01 (um) representante do Departamento de Educação;
- e) 01 (um) representante do Departamento de Finanças;
- f) 01 (um) representante do Departamento de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento, Obras e Serviços Públicos.
- g) 01 (um) representante do Departamento de Saúde;
- h) 01 (um) representante das Autarquias Municipais.
- Os representantes da Administração Municipal e respectivos suplentes serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
- O A escolha dos representantes dos usuários dos serviços públicos municipais será feita em processo aberto ao público, mediante chamamento oficial a ser publicado pela Ouvidoria do Município no Jornal Oficial, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e ampla divulgação, contendo:
- I- informações sobre o desempenho da função, atribuições e condições para a investidura, como conselheiro;
- II- o endereço eletrônico institucional para o recebimento das inscrições, as quais devem ser encaminhadas com o respectivo currículo do interessado ou por formulário, bem ainda com indicação do eixo de serviço público que deseja representar;
- III- a fixação do prazo de 30 (trinta) dias para o envio das inscrições contados da publicação;
- IV- declaração de idoneidade, a ser assinada pelo interessado, atestando não estar condenado penalmente

- nem incurso em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade previstas em leis federais;
- V- Critérios de seleção em caso de haver mais de um candidato por eixo de representatividade; mediante apresentação de títulos e documentos;
- O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução, observado o mesmo critério de seleção prevista nos itens 2.1 deste Edital.
- O Conselho terá um Presidente, um Vice-Presidente, um 1º (primeiro) Secretário e um 2º (segundo) Secretário que serão eleitos pelos conselheiros, cujos mandatos coincidirão com o mandato do colegiado, sem prejuízo de outros cargos que julgarem convenientes, sendo que enquanto não eleito o Presidente exercerá a função o conselheiro com mais idade.

#### 4 REQUISITOS

- 4.1 Constituem requisitos essenciais para participação no processo de seleção para integrar o Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos:
- I- Ser maior de 18 anos;
- II- formação profissional e acadêmica compatível com a área a ser representada;
- III- experiência na área a ser representada;
- IV- Ser residente de São João da Boa Vista
- V- Atuação voluntária na área a ser representada;
- VI- atuação em congressos, eventos, grupos de trabalho, estudos, entrevistas que demonstrem sua experiência na área que desejar representar;
- VII- não ser agente público nem possuir qualquer vínculo com concessionária de serviços públicos ou exercer cargo de direção em entidades que mantenham parceria com a Administração Pública Municipal.

# 5 DA ATUAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO

- 5.1 Não será remunerada.
- 5.2 É considerada atividade de relevante interesse público e social; e
- 5.3 Assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações, salvo nos casos previstos em lei.
- 5.4 Os membros do Conselho serão substituídos em caso de renúncia ou de perda de mandato, observado o disposto no Decreto Municipal nº 6.835/2021.
- 5.5 As manifestações do Conselho serão consubstanciadas em resoluções.
- 5.6 As resoluções do Conselho, bem como os temas tratados em plenário, reuniões de diretoria e comissões deverão ser registrados em ata.
- 5.7 O suplente substituirá o titular do Conselho nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste, e assumirá sua vaga nas hipóteses de afastamento definitivo.
- 5.8 Perderá o mandato o conselheiro que deixar de comparecer, sem justificativa, a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas no período de 12 (doze) meses.
- 5.9 O prazo para justificar, por escrito, a ausência é de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da reunião em que se verificou o fato.



### 6. PROCESSO DE INSCRIÇÃO

- 6.1 O processo de inscrição é aberto a qualquer candidato que preencha os requisitos estabelecidos no presente Edital.
- 6.2 A inscrição deverá ser realizada através do endereço eletrônico (e-mail): ouvidoria@saojoao.sp.gov.br, com a opção de confirmação de recebimento e leitura do e-mail, servindo o comprovante de leitura como protocolo.
- 6.3 Também poderão ser realizadas inscrições pessoalmente na unidade da Ouvidoria Geral, no seguinte endereco:
- Rua Antonina Junqueira, 195, térreo

   Centro São João da Boa Vista (prédio da Câmara Municipal), de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h
- 6.4 Para a inscrição serão obrigatórios a entrega e/ou envio dos seguintes documentos:
- a. Cópia do RG ou documento profissional equivalente com foto;
- b. Cópia do comprovante de residência atualizado
- c. Currículo contendo formação educacional, experiência e atuação voluntária na área a ser representada, que servirá para avaliação na forma estabelecida no item 8.3.2.1 do presente edital;
- d. Formulário de Inscrição devidamente assinado, nos moldes do Anexo Único do presente Edital, contemplando, dentre outras:
- e.1) Informações pessoais e dados cadastrais;
- e.2) Declaração, sob as penas da lei, de não estar condenado penalmente, nem incurso em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade prevista na Lei Complementar Federal 64/90, notadamente com a redação dada pela Lei Complementar 135/2010 (lei da ficha limpa);
- e.3) Declaração, sob as penas da lei, quanto ao cumprimento das condições previstas nos itens 4.1 e 4.2 do presente Edital:
- 6.5 Poderão ser solicitados aos candidatos inscritos, a qualquer tempo, cópias simples dos documentos encaminhados no processo de inscrição e apresentação dos respectivos documentos originais, que poderão ser conferidos e autenticados pelo agente público.
- 6.6 Os candidatos ao Conselho poderão se inscrever em apenas uma única área de serviços públicos, dentre aquelas estabelecidas no item 3.1.
- 6.7 As inscrições efetuadas sem o envio da documentação integral serão consideradas inválidas.
- 6.8 Haverá a divulgação do nome dos candidatos com inscrição válida na 1ª etapa, e dos selecionados na 2ª etapa do processo de seleção.

# 7. PRAZO DE INSCRIÇÃO

- 7.1 O prazo de inscrição tem início em 15/03/2024.
- 7.2 Serão consideradas inscrições válidas apenas aquelas encaminhadas com a totalidade dos documentos estabelecidos no presente Edital até o dia **15/04/2024**.
- 7.3 Para as inscrições efetuadas por e-mail, serão consideradas realizadas aquelas recebidas até as 23:59 horas do dia 15/04/2024;
- 7.4 Para as inscrições feitas presencialmente, serão consideradas realizadas aquelas efetuadas durante o respectivo horário de expediente, descrito no item 6.3, até período estipulado no item 7.3.
- 8. PROCESSO DE SELEÇÃO

- 8.1 A Ouvidoria Geral constituirá Comissão de Seleção, através de portaria.
- 8.2 A seleção será composta por 2 etapas, todas eliminatórias, assim estabelecidas:
- 8.2.1 1ª Etapa: Verificação das condições de admissibilidade ao processo seletivo, com a exclusão dos inscritos que não preencherem os requisitos do presente Edital;
- 8.2.2 2ª Etapa: Análise do currículo do interessado.
- 8.2.2.1 A avaliação será realizada conforme os seguintes critérios e pontuações:

CRITÉRIOS	QUESTÕES A SEREM CONSIDERADAS – PONTUAÇÃO de 0 a 2 pontos
Adequação do candidato à temática do Conselho de Usuários conforme a categoria escolhida.	Critério que avalia o candidato de acordo com os preceitos da participação social no governo.
Experiência como usuário do serviço público na área de representação.	Critério que avalia a efetiva vivência na área de representação escolhida, levando em consideração também o tempo como usuário do serviço.
Aderência da experiência profissional à área de representação.	Critério que avalia a existência de eventual atuação profissional que possa contribuir para o desempenho na área a ser representada
Adequação da formação educacional à área a ser representada.	Critério que avalia a compatibilidade da formação educacional com as atribuições a serem desempenhadas na área a ser representada.
Atuação em atividades voluntárias.	Critério que avalia a participação do candidato em atividades em prol da coletividade, levando em consideração o tempo dedicado a tais atividades.

- 8.2.3 Será considerado aprovado como titular o candidato que obtiver a maior nota na avaliação, e como suplente, a segunda maior nota, em cada uma das áreas de representação.
- 8.2.4 Em caso de empate será aprovado o candidato mais idoso.
- 8.2.5 As etapas estabelecidas no item acima serão realizadas para cada uma das áreas de serviços públicos, descritas no item 3.1, representadas no Conselho.
- 8.2.6 Por ocasião do chamamento dos aprovados e suplentes, poderão ser solicitados documentos e informações atualizadas, a fim de verificar a documentação comprobatória e o preenchimento das condições de aptidão de participação.
- 8.2.7 O suplente será convocado a participar das reuniões, na hipótese de impossibilidade de comparecimento do titular.
- 8.2.8 Na hipótese da vacância ou renúncia do titular, a vaga será preenchida respectivamente pelo suplente, havendo a designação para cumprimento do período remanescente do mandato do conselheiro substituído.
- 8.3 A Comissão de Seleção terá por atribuição:



- I- verificar a aptidão das inscrições efetuadas e o cumprimento dos requisitos e condições de ingresso previstas no presente Edital;
- II- efetuar a análise dos candidatos, com base no currículo apresentado;
- III- requerer a apresentação dos documentos para os candidatos que forem previamente aprovados no processo seletivo, promovendo sua verificação e autenticação das cópias com o original;
- IV- adotar os demais procedimentos necessários à efetivação do processo de seleção dos conselheiros;
- V- declarar, ao final, os nomes e dados dos candidatos aprovados.

# 9. RECURSOS

#### RECURSOS 1ª ETAPA

9.1 Caberá recurso, pelos inscritos que tiverem sua inscrição consideradas como inválidas, pela ausência de preenchimento dos requisitos do presente Edital, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicação do resultado da 1ª etapa no Jornal Oficial do Município.

## RECURSOS 2ª ETAPA

- 9.2 A Comissão de Seleção decidirá, no âmbito de sua competência, pelos candidatos que melhor atenderem às diretrizes, aos objetivos e às orientações estabelecidas no presente Edital, cabendo recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação da lista dos selecionados na 2ª etapa no Jornal Oficial do Município.
- 9.3 Os resultados da 1ª e 2ª etapa também serão publicados no site da Prefeitura, através do seguinte endereço eletrônico: https://saojoao.sp.gov.br/, devendo ocorrer tal publicação no prazo máximo de 1 dia útil após a publicação no Diário Oficial.
- 9.4 Os recursos poderão ser interpostos pelos mesmos canais de realização das inscrições.
- 9.5 Os recursos serão analisados e julgados pela Ouvidora, ouvida a Procuradoria Jurídica do Município.

#### 10. NOMEAÇÃO E NATUREZA DA PARTICIPAÇÃO

- 10.1 A participação dos membros do Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos será considerada serviço público relevante e não remunerado.
- 10.2 Os membros do colegiado serão designados pela Prefeita, com mandato de 2 (dois) anos.
- 10.3 Para a nomeação, os candidatos são obrigados a apresentar os documentos originais, certidões e informações cadastrais solicitadas, bem como atender às disposições da legislação municipal.

# 11. CASOS OMISSOS

11.1 Os casos omissos relativos ao presente Edital e ao processo de seleção serão apreciados e decididos pela Ouvidora.

# ANEXO ÚNICO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

AREA DE INSCRIÇÃO:	
Cidadania, assistência e promoção social	Mobilidade urbana
Educação	Saúde
Esporte e Lazer	Segurança e transporte
Gestão e patrimônio públicos	Zeladoria, obras e meio ambiente
NOME:	
RG:Órgão emissor:	Data emissão:
/CPF:	Data de Nasc.://Natural
de:	
ENDEREÇO	
RESIDENCIAL:	Nº
COMPL: BAIRRO:	
CEP:	
TELEFONE PARA CONTATO: ( ) TEL 2:(	)
OEL:( )	
EMAIL:	
PROFISSÃO:	_
CARGO:	
NÍVEL ESCOLAR:	
Fundamental 1(até 5° ano) Fundamental 2(até 9° ano)	Ensino Médio Alfabetizado
Superior Incompleto Superior Completo	Pós-graduado Mest/Doutorado
DECLARAÇÕES:	
Declaro, sob as penas da lei, não estar condenado penalmente	e nem incurso em nenhuma das hipóteses de
inelegibilidade prevista na Lei Complementar Federal nº 64/90, com nº 135/10 (Lei da Ficha Limpa)	a redação dada pela Lei Complementar Federal
Declaro, sob as penas da lei, não ser agente público integrante	e do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário,
na esfera municipal, estadual ou federal, ou da administração direta como não possuir vínculo de qualquer natureza com concessionário	de serviços públicos em toda e qualquer esfera,
ou com outros prestadores de serviços ao Município, sob qualquer fo organizações da sociedade civil de interessa público, ou de qualquer	r outra natureza, com ou sens fins lucrativos,
exceto o vínculo existente exclusivamente na condição de usuário de	• •
Declaro, sob as penas da lei, ser maior de 18 anos, alfabetizad	
Declaro, sob as penas da lei, ter ciência das condições e regra Público, que também se encontra disponível na página da Ouvidoria	s estabelecidas no Edital de Chamamento Geral no endereço
https://saojoao.sp.gov.br/cidadao/ouvidoria/conselho-de-usuarios	
Of the A Basis	
São João da Boa Vista,//	
	ASSINATURA DO REQUERENTE

